



DISCURSO

& SOCIEDAD

Copyright © 2016
ISSN 1887-4606
Vol. 10(4) 685-707
www.dissoc.org

Artigo

**“Crónica de uma morte anunciada”:
os discursos de imprensa sobre os
movimentos de protesto na educação em
Portugal (2005-2015)**

***“The story of an announced death”:
the discourses
in the press on protest movements in education in
Portugal***

Ana Raquel Matos

Olga Solovova

Centro de Estudos Sociais
Universidade de Coimbra (Portugal)

Resumo

Este artigo parte de um trabalho exploratório que tenta estabelecer um diálogo entre a análise de ações de protesto na área da educação em Portugal, a partir do enquadramento teórico conferido pelas abordagens aos movimentos sociais, e a análise sócio-semiótica das representações de atores e ação coletiva. Esta combinação privilegia o recurso a uma metodologia que assenta no levantamento exaustivo de notícias sobre ações de protesto realizadas em Portugal (2005-2015) em dois jornais de referência de circulação nacional – Público e Jornal de Notícias – em relação às quais se analisam as dimensões cronológica, sociológica e semiótica. Estes relatos assumem-se essenciais para a análise que aqui se empreende, dado que contribuem para a reconstituição cronológica da mobilização coletiva na área da educação, ajudando a identificar os motivos e as lógicas que justificam esse tipo de ação. A abordagem sócio-semiótica aplicada às representações das ações de protesto coligidas tenta realçar os padrões e as configurações discursivas que caracterizam a visão da imprensa sobre os atores sociais, as causas e as mensagens dos protestos.

Palavras-chave: Protestos, educação, escolas, análise socio-semiótica, discursos

Abstract

This article is based on an exploratory work aiming to establish a dialogue between the analysis of protest events in education in Portugal from the theoretical framework within the social movements' approaches, and the socio-semiotic analysis of the representations of actors and collective action within the protests. The combined method is based on the comprehensive overview of news stories about protests in Portugal (2005-2015), published in two nation-wide newspapers, Público and Jornal de Notícias, thus making it possible to focus on the chronological, sociological and semiotic dimensions of the protests. The analysis undertaken in the article makes an attempt to inform the reconstitution of collective movements in education across the decade, helping to identify the reasons and the rationale behind the protest action. In its turn, the socio-semiotic approach to the representations of the selected protest actions in the Press seeks to move deeper and highlights the patterns and the discursive configurations of the social actors, causes and messages of protests in Portuguese education.

Keywords: Protests, education, schools, socio-semiotic analysis, discourses

Introdução

Nos últimos anos, ocorreram transformações ao nível dos movimentos sociais (MS) operantes no mundo, assim como das formas de ação coletiva que estes têm vindo a dinamizar. O mundo tem sido palco destas mudanças, às quais Portugal não ficou alheio. O aumento de ações de protesto registadas e a emergência de novas formas de mobilização assumem-se incontornáveis neste campo. Esta realidade tem obrigado, no contexto nacional, a uma mudança da relação entre Estado, sociedade civil e participação política, em grande medida impulsionada também pela conjuntura de crise económica desencadeada em 2008, com impacto em várias áreas da vida social.

Neste contexto, se os MS procuram novas formas de politização a partir das causas que impulsionam a sua ação potencialmente transformadora, a sua projeção, validação e legitimidade ainda se encontram amplamente dependentes dos média. Os MS precisam articular com os média para construir a sua visibilidade e para cooptar aliados para as suas causas. Além dos esforços que envergam no sentido da transformação, os MS têm investido em formas de ação coletiva cada vez mais criativas, capazes de ampliar não só a oportunidade de ser notícia, mas também de fornecer à opinião pública os elementos necessários à elaboração da sua imagem, sobre as causas que reivindicam e a identificação dos seus atores, posicionando-nos no espaço público, alargando ou constringendo o seu campo de ação (Fowler, 1999).

O presente artigo parte de um levantamento de notícias sobre protestos em Portugal, para a década de 2005-2015, publicadas nas edições online de dois jornais de referência, de circulação nacional: Público e Jornal de Notícias. Dada a amplitude analítica aqui implicada, optou-se por centrar a análise nos protestos na área da educação, decisão que ficou a dever-se: a) à constatação de uma agenda de ação pelo protesto diversa nesta área específica, que nos impeliu no sentido de perceber as diferentes motivações que lhes subjazem; b) mais concretamente, à identificação de agendas de contestação distintas em função dos diferentes níveis de ensino; c) à perenidade identificada nas agendas reivindicativas ao longo dos ciclos letivos, entre algumas nunces percebidas para esta década e que se julgam articuladas com a crise económica e financeira, às quais se entendeu prestar atenção.

Sobre a valorização da educação nesta análise importa ainda referir que, ao longo das últimas décadas, se registou uma tendência no sentido da descentralização e regionalização da administração e gestão da educação escolar pública. Com a diminuição de populações escolares em Portugal nos

anos recentes, os espaços de educação, nos seus diferentes níveis de ensino, passaram a ter uma gestão diferenciada. Assim, tem-se assistido a uma “municipalização do ensino primário” (Moniz, 2016), em que a gestão das escolas primárias ficou mais dependente da disponibilidade financeira de cada município. Já ao nível do ensino superior, as universidades têm autonomia orçamental e têm procurado sustentar as suas infraestruturas para corresponder aos desafios a nível global. No ensino básico e secundário, a modernização do parque escolar levou à reorganização dos espaços educativos em agrupamentos e mega-agrupamentos e à sua concentração em centros urbanos e periurbanos.

Os resultantes cortes no financiamento das escolas da periferia e do interior do país têm deixado essas regiões mais carentes ao nível da cobertura da rede escolar. Muitas destas políticas, que levaram ao encerramento de estabelecimentos de ensino em Portugal, assentaram em dados estatísticos que pouco dialogam com as reais necessidades da população.

Movimentos sociais e as lutas no âmbito da educação em Portugal

Os movimentos pela educação assumem uma dimensão histórica que não pode ser ignorada. As questões centrais que emergem do estudo da relação dos movimentos sociais com a educação são, desde logo, a participação, a cidadania e o significado político da educação. Assim, estas lutas assumem como prerrogativa maior a defesa de direitos que vão ao encontro da definição de cidadania e participação pública (Gohn, 2012; Matos, 2016).

Na década de 1960, que consagrou a emergência daqueles que ficaram conhecidos como novos movimentos sociais, a educação assumiu um papel relevante na mobilização coletiva. Nesse período, o movimento estudantil assume-se um dos seus principais protagonistas, mais concretamente em França, no Maio de 1968, onde foi a uma das vozes a exigir mudança. Também em Portugal, com o Maio de 1969, o movimento estudantil emergiu como pilar estruturante da difusão de ideais como liberdade, igualdade, mas também de luta contra a opressão do regime autoritário da época, afirmando a importância da dissidência estudantil, a resistência quotidiana e a autonomia associativa (Bebiano, 2003; Cardina, 2008).

Esse lugar de destaque na história, no entanto, não chegou a igualar-se, já que o movimento estudantil, sem ter deixado de lutar, tem assumido novas configurações. Assim, a partir dos anos 1980, passou a caracterizar-se por uma dissociação entre a crítica cultural, a luta política e a experiência escolar,

contrariamente à sua linha orientadora dos anos 70. Desta forma, os alunos parecem cada vez menos identificar-se com a crítica geral da sociedade ou da escola a partir desta altura, ou seja, não contestando da mesma maneira, nem o seu funcionamento nem a sua finalidade, afastando-se eles próprios da política (Dubet, 1991 *cit in* Seixas, 2005: 191). O que se tem registado, contrariamente aos movimentos estudantis das décadas de 1960 e 1970, é que as formas de mobilização estudantil remetem para protestos mais pontuais e localizados (Mendes e Seixas, 2005a).

Discutir o movimento estudantil e sua ação ao longo das últimas décadas pressupõe distinguir velhos de novos movimentos sociais. Surgidos em finais do século XIX, inícios do século XX, os “velhos movimentos sociais” foram impulsionados pela reivindicação de direitos cívicos, políticos e sociais associados, sobretudo, a contenciosos de classe e de trabalho. Já no século XX, mais concretamente na década de 1960, novos conflitos e reivindicações resultaram das sociedades pós-industriais, possibilitando novas mobilizações que vieram, então, a ficar conhecidas como “novos movimentos sociais” (Melucci, 1980), a partir de um leque de questões, como a feminista, a ambientalista, a estudantil, mas também a reivindicação de direitos sobre orientação sexual, de raça e etnia.

Esta classificação entre velhos e novos movimentos sociais, sendo essencialmente um recurso teórico que facilita a leitura da mobilização coletiva ao longo do tempo, não deixa também de ser problemática, sobretudo se atentarmos no que caracteriza os movimentos sociais da atualidade. Amplamente reconhecidos como os “novíssimos” ou os “novos-novos” movimentos sociais, os movimentos atuantes hoje, caracterizam-se por novas formas de ativismo, assentes sobretudo no recurso a novas tecnologias de comunicação, no investimento na coalizção nacional e transnacional da ação coletiva, que tem, aliás, sustentado a ideia de movimentos sociais em rede (Castells, 2013). Não obstante, embora “novíssimos”, estes reivindicam aqueles direitos que não foram concretizados. Em termos de ideologia que dinamiza a ação do protesto, o acesso à educação assume-se como causa central da agenda dos velhos movimentos sociais. Por outro lado, os novos MS remetem para uma atomização dos movimentos que se segmentaram a partir de novas ideologias de grupo e de novas identidades – feminista, ecologista, pacifista – mas tal implica também ter em consideração a educação como dimensão transversal destas agendas.

Os novos MS partilham ainda outras formas de contestação, num regime de crescente criatividade para além do recurso à greve. Tornam-se, por isso,

politizados a partir de novas formas de contestação que assumem o espaço público como o seu palco de atuação, sobretudo através de manifestações e desfiles. Entre o elenco destes protagonistas encontramos sobretudo jovens, estudantes, mulheres, trabalhadores liberais, cuja luta já não é pela redistribuição de recursos, mas pelo reconhecimento da diversidade de estilos de vida e qualidade de vida. Dessas agendas emerge a luta por novas formas de cidadania, onde a participação política se assume central. Esta é outra das características destes novíssimos movimentos sociais, sobretudo a reivindicação por um modelo alternativo de democracia, retomando, em certa medida, a agenda dos velhos movimentos sociais, lembrando o que ainda está por cumprir (Matos, 2016).

Para a análise que interessa ao presente artigo, no entanto, importa distinguir entre movimentos sociais e ação pelo protesto. Assim, um movimento social representa esforços coletivos que privilegiam a ação pelo protesto, os quais se pressupõem duradouros e que envolvem organização¹ no sentido de realizar a mudança que preconizam (Della Porta e Diani, 1999; Flacks, 2005). Os protestos, por seu lado, podem acontecer desvinculados de um movimento social, enquanto simples manifestação de oposição e de desacordo mais espontâneo em relação a uma situação ou decisão que afete um coletivo.

As ações de protesto, definem-se como ações orientadas para influenciar decisões específicas a partir da expressão pública de um conflito (Diani, 2008: 56). São, portanto, a arte performativa da política (Juris, 2008), cujo objetivo principal é dar visibilidade aos que não conseguem ser ouvidos. Tal afirmação remete a política para uma dimensão performativa e simbólica, no âmbito da qual os protestos irrompem como parte de um processo de reconhecimento e de capacitação dos cidadãos para o desempenho da cidadania a partir de diferentes técnicas de protesto (silêncios, posturas corporais, movimentos, ruídos, cores e textos).

Os protestos representam a arte de comunicar problemas, uma espécie de “comunicação participativa” segundo Rudolph (2004: 65), necessária sempre que o diálogo direto entre atores em oposição está condicionado, assim como os espaços de agência são assimétricos (Solovova, 2004; Leone, 2012). Estes rituais comunicativos realizam-se através de mensagens verbais e não-verbais de performance comunicativa indireta. O desenvolvimento tecnológico é, por isso, hoje, um recurso que não pode ser ignorado, promovendo novas estratégias e formas de protesto e comunicação, permitindo a redução dos custos de mobilização e uma resposta quase imediata e sem esforço.

Sendo uma expressão de conflito, o protesto surge ainda associado a uma dimensão dramática, ou seja, uma forma de ação privilegiada por aqueles que vivem situações desiguais e injustas (Della Porta, 2003). Não obstante, enquanto espaço de ação coletiva também enquadram práticas associadas à alegria e à festividade, configurando espaços de sociabilidade onde é possível a raiva articular-se com a alegria. Esta forma de ação coletiva não corresponde apenas, portanto, à produção de imagens e identidades coletivas, mas remete para momentos de liberdade, de libertação e de alegria (Mendes e Araújo, 2010: 102).

Tornar os protestos visíveis e mais eficazes naquilo que os justifica, pressupõe, inevitavelmente, recorrer aos meios de comunicação de massa, os quais se têm vindo a tornar agentes de mediação centrais para o sucesso destes processos. A arena dos média tem, assim, servido à ação pelo protesto como plataforma de significação política (Snow e Oliver, 1995), ou seja, uma plataforma de comunicação mediada através de discursos múltiplos.

Essa ênfase no "ser visto" e no "ser notado" tornou-se uma estratégia de articulação entre ações de protesto e meios de comunicação, funcionando como janela para o mundo onde um "nós" é construído e veiculado, tornando-se, assim, publicamente conhecido, mas também reconhecido (Auyero, 2004: 437). A este respeito, os protestos não só realizam uma luta contra algo, ou por algo, como também lutam pela sua visibilidade.

Enquanto forma de ação coletiva, os protestos estabelecem a ponte entre a vida cotidiana e os seus problemas e a política institucional, configurando uma espécie de espaço intersticial não-institucional da política: a) para ter voz e para interferir nas decisões públicas; b) para demonstrar e avançar com alternativas e soluções inteligíveis além das que são praticadas pela política institucionalizada.

A ação pelo protesto abre, assim, uma nova perspetiva sobre o político, sobretudo um questionamento e uma redefinição dos poderes e das estruturas estabelecidas, um evento que pode produzir novas subjetividades coletivas, registos e definições de verdade (Mendes e Seixas, 2005b).

Metodologia

Este trabalho inscreve-se num projeto de investigação que visa caracterizar os movimentos sociais e a ação pelo protesto em Portugal na última década, avaliando o impacto desta forma de ação coletiva nos processos públicos de decisão.²

Este artigo resulta, assim, da intenção de estabelecer um diálogo entre a análise sobre ações de protestos em Portugal, a partir do enquadramento que lhe é dado pelas abordagens aos movimentos sociais, com a análise sócio-semiótica das representações de atores e ações coletivas (Reah, 1998; Fowler, 1999; Van Leeuwen, 2008; Leone, 2012). Esta combinação faz emergir o recurso a uma metodologia que privilegiou o levantamento exaustivo das notícias sobre ações de protesto realizadas em Portugal (2005-2015) em dois jornais de referência, de circulação nacional – Público e Jornal de Notícias –, em relação às quais se analisaram as dimensões cronológica, sociológica e semiótica. O recurso à imprensa é uma prática corrente na literatura sobre movimentos sociais e ação coletiva, tendo originado, aliás, a abordagem metodológica designada de *protest event analysis* (Koopmans e Rucht, 2002). Estes relatos assumem-se essenciais quando o objetivo da análise das ações de protesto visa uma reconstituição cronológica da mobilização no campo educativo, ajudando a identificar os motivos e as lógicas que justificam esse tipo de ação. A abordagem sócio-semiótica às representações das ações de protesto, por seu lado, realça os padrões e as configurações discursivas que caracterizam a visão da imprensa sobre os atores sociais, as causas e as mensagens dos protestos.

Dada a amplitude da ação pelo protesto em Portugal, neste trabalho privilegiou-se apenas a área da educação. Para isso, partiu-se da base de dados coligida sobre protestos em Portugal, mas analisando apenas as notícias sobre os protestos na área da educação. Desse elenco de notícias, selecionaram-se apenas as que não repetiam informação sobre os eventos de protesto noticiados, sem descurar na análise o número de notícias sobre um mesmo assunto – indicador da visibilidade conferida pelos média a um assunto –, mas por forma a não duplicar informação, sobretudo dado o recurso a duas fontes distintas. Por forma a facilitar a análise para a década visada, optou-se por privilegiar três momentos cronológicos: a) o ano de 2006, exatamente por ter sido um ano muito intenso de protestos em Portugal, motivados pelo encerramento de inúmeros estabelecimentos de ensino; b) o ano de 2011, porque marca a entrada em vigor do acordo com a Troika – constituída pela Comissão Europeia, o Banco Central Europeu (BCE) e o Fundo Monetário Internacional (FMI) – que negociou e avaliou o programa de resgate financeiro a Portugal, no âmbito do qual resultou o memorando de entendimento sobre as condicionalidades de política económica³ e que

pressupunha um pacote de medidas de austeridade a implementar nas diferentes áreas das políticas públicas, e cujo impacto na educação⁴ se esperava ver refletido nos protestos realizados; c) o ano de 2015, por ser um ano de transição governamental do XIX para o XX Governo Constitucional Português, apesar desta passagem se ter efetivado apenas em novembro, mas sobretudo porque este é ano a que reportam os dados mais atuais e aquele que permitiria captar o eventual impacto das medidas de austeridade económica na educação.

Ainda sobre a estratégia analítica adotada, implica mencionar que não foram considerados na análise os protestos dos professores, sobretudo aqueles que se orientavam pela lógica de atuação sindical e implicando uma linha de contestação vinculada a questões laborais, porque não iam ao encontro dos objetivos e enquadramento do presente artigo.

Para efeitos de análise semiótica, os seguintes critérios balizaram a escolha de três notícias para cada um dos três momentos cronológicos identificados anteriormente: i) notícias mais exemplificativas do tipo de protesto sobre temas comuns; ii) notícias sobre temas emergentes e transversais aos valores em debate; iii) notícias sobre a criatividade e a dimensão performativa do protesto.

Partindo da perspetiva de comunicação e significação, os dados recolhidos junto das duas fontes de imprensa permitem-nos traçar a construção discursiva dos protestos pela imprensa contribuindo para a identificação dos movimentos de protesto. A análise de intertextualidade ajuda identificar não só os meios e mecanismos que são utilizados para transformar o protesto numa notícia, mas também traçar a história do protesto em Portugal, bem como situar o protesto na história do país em crise.

Análise dos protestos na área da educação em Portugal

Quem, porquê e como se protesta na área da educação

Estudos anteriores a este, realizados para a década 1992-2002, sobre a ação pelo protesto em Portugal à luz dos média (Mendes e Seixas, 2005a), dão conta de que a maior parte dos protestos realizados tinham como motivação base questões sociais – centrando-se na reivindicação da melhoria de condições de vida e na exigência de direitos básicos de cidadania – seguida de questões educativas, onde o ensino superior se

apresentava, para o período em análise, como o nível de ensino com maior número de protestos registados. Não sendo possível confirmar a centralidade dos protestos na área da educação para 2005-2015, dado o projeto de investigação em que se inspira este trabalho se encontrar ainda em curso, é possível desde já adiantar que os protestos registados ao nível do ensino superior perderam centralidade para ações de protesto dinamizadas a partir de questões relacionadas com os níveis de ensino básico e secundário. Entre as razões que têm animado estas ações de protesto, assume protagonismo o encerramento de estabelecimentos de ensino, sobretudo escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico (CEB), mas também a contestação com base nas fracas condições físicas destes espaços, que se encontram degradados, ou ainda a falta de condições adequadas à prática educativa em algumas escolas.

Atentando nos três momentos cronológicos, percebemos uma mudança nas razões que originaram a ação pelo protesto ao longo do tempo. O ano de 2006 ficou marcado por um grande número de protestos comparativamente aos outros dois períodos em análise. O principal motivo que desencadeou estas ações foi o encerramento de escolas do 1º CEB um pouco por todo o país, sobretudo em regiões mais rurais e do interior. Além da controvérsia política que enquadra o encerramento de estabelecimentos educativos, transferidos para outras unidades escolares, estão implicados nestes motivos os custos de tempo e de transporte implicados nesta medida educativa.

Apesar de um menor volume de notícias sobre ações de protestos, os alunos do ensino secundário desencadearam, em 2006, várias ações um pouco por todo o país, desencadeadas, sobretudo, pela política de “Aulas de Substituição”⁵ implementada pela então Ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues. Não obstante, e apesar do dinamismo das ações realizadas,⁶ estas ficaram marcadas pelo localismo e fragmentação das várias iniciativas de protesto.

Residuais são também as ações organizadas ao nível do ensino superior em 2006 no volume de notícias reunidas, identificando-se sobretudo ações contra o Orçamento de Estado para o Ensino Superior e contra a tendência privatizadora da ação social educativa, o desemprego, a falta de recursos e o processo de Bolonha. Tal vem marcar, uma vez mais, uma inversão face à década anterior, marcada pela importância das ações de protesto contra as políticas educativas protagonizadas por estudantes do ensino superior e secundário, que se mostraram capazes de

encetar estratégias de coordenação de esforços, organizando ações de caráter nacional com grande impacto, tanto na opinião pública como nos média (Seixas, 2005).

No âmbito dos casos de protesto identificados para 2006, merece referência o caso da Escola D. João de Castro, no Alto de Santo Amaro, em Lisboa, a qual deveria encerrar e fundir-se com outra escola, considerada por quem protestou como mais “degradada e lotada”. Este foi um caso de grande notoriedade ao longo de todo o ano, desencadeando várias notícias sobre as diversas ações de protesto realizadas. O investimento em repetidas ações de protesto, a cooptação de aliados, sobretudo partidos políticos, ajudou a manter este problema enquanto foco de interesse noticioso. O recurso, por exemplo, a uma petição que reuniu mais de 4000 assinaturas permitiu levar esta questão a debate na Assembleia da República, contribuindo para a visibilidade de uma situação que, apesar de se assemelhar a tantas outras pelo país fora, parece ter beneficiado da sua localização, Lisboa, e do forte investimento num aparato diverso de técnicas de protesto. Apesar de todo este esforço e visibilidade, prevaleceu, uma vez mais, a tendência de falta de diálogo entre decisões políticos e estes interlocutores em desacordo com a medida.

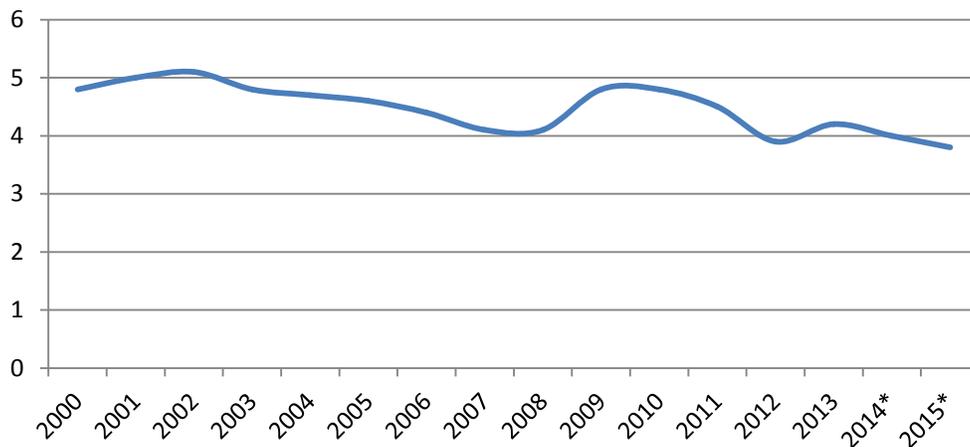
Ao atentarmos na análise dos protestos para 2011, confrontamos-nos com uma mudança que se entende ancorada no enquadramento político-económico da altura. Este é o ano a que reporta o resgate financeiro pela Troika a Portugal, com claros reflexos na educação. Desta forma, as razões dos protestos emergem em íntima associação ao contexto de crise económica, motivados por situações específicas como, por exemplo, o fim do passe escolar em algumas regiões e a suspensão das obras de requalificação em escolas degradadas dados os cortes no financiamento. Mantêm-se, no entanto, na agenda reivindicativa questões como o encerramento de estabelecimentos de ensino e a falta de pessoal, que perduram, aliás, como razão de protesto ao longo da década em análise, uma situação que veio a agravar-se com a assinatura do memorando de entendimento, onde já se previa a redução de custos com a educação, a racionalização da rede escolar e a diminuição da necessidade de contratação de recursos humanos, centralizando os aprovisionamentos, e reduzindo e racionalizando as transferências para escolas privadas com contratos de associação. Este último aspeto foi, aliás, uma das razões que mais intensos protestos desencadeou ao longo de 2011, a partir de ações

por todo o país e com base numa estratégia coordenada de ação das direções dos colégios privados, pais e alunos que se organizaram no sentido de se opor a esta situação. Também ao nível do ensino superior se reflete a conjuntura de crise e austeridade, tendo sido motivo de contestação o orçamento de Estado para este nível de ensino, assim como o corte e o atraso nas bolsas. Essa tendência de cortes no financiamento manteve-se até 2015, ano que denota uma agenda reivindicativa articulada a partir de protestos localizados de luta contra a falta de condições nas escolas, sobretudo cortes em recursos humanos e no investimento para a requalificação dos espaços escolares no âmbito das medidas de austeridade implementadas.

Importa referir uma diminuição no número de protestos sobre educação ao longo da década. Tal situação não corrobora no entanto a ideia de uma tendência geral nesse sentido, pelo contrário,⁷ nem tampouco da falta de investimento em protestos educativos. A explicação para este facto advém exatamente do contexto de crise económica, com clara expressão a partir de 2008, e o facto de se ter registado um aumento de ações de protesto marcadas por uma simbiose de razões que derivam da crise económica e consequente agenda de austeridade adotada, com impactos a vários níveis na vida população. É neste contexto, aliás, que se justificam as maiores mobilizações coletivas desde a Revolução de 25 de Abril de 1974, como o protesto “Geração à Rasca”, em março de 2011, e o protesto “Que se lixe a Troika”, em setembro de 2012. Estas grandes manifestações, bem como as suas réplicas em menor escala ao longo do tempo e do território, denotam uma agenda reivindicativa de luta contra a austeridade e seus impactos, sem destaque para uma dimensão da vida social em particular.

A este propósito, importa ainda atentar nos seguintes dados a propósito da crise e do desinvestimento em educação ao longo da última década.

Despesas do Estado em Educação: execução orçamental em % do PIB (2000-2015)



*Dados provisórios.

Fontes/Entidades: INE | BP, DGO/MF, PORDATA.

De acordo com a informação disponibilizada no gráfico anterior, constata-se que para a década analisada, o investimento em educação em percentagem do PIB revela um decréscimo a partir de 2002 até 2008 na ordem de 1%, altura em que se regista uma inversão desta tendência num aumento significativo de 0,8% em 2009 e 2010 para, depois, voltar a decrescer chegando a atingir o seu valor mais baixo em 2015 (3,8% do PIB), um valor equiparado ao investimento registado na década de 1980, início da década de 1990. Neste contexto, importa ainda salientar o decréscimo a partir de 2011, altura em que foi estabelecido o acordo com a Troika e decorrentes medidas de austeridade que vieram a ser implementadas e que afetaram também a área da educação. No entanto, os decréscimos mais acentuados não correspondem a Governos específicos, já que o de 2005 a 2009 corresponde ao governo da ministra da Educação Maria de Lurdes Rodrigues (Partido Socialista), enquanto que o de 2011 a 2015 corresponde ao mandato do ministro Nuno Crato (Partido Social Democrata). Estes traduzem-se, no entanto, em períodos de maior convulsão social na área da educação, pelo menos no que reporta ao

número de notícias publicadas nas fontes analisadas sobre protestos na área da educação. Uma maior acalmia em termos de registo de notícias de protestos coincide com o mandato de Isabel Alçada, o qual é também um período de maior investimento na educação, que passou de 4,1% em 2008 para 4,8% em 2009 e 2010.

Contornos da análise sócio-semiótica da representação dos protestos na educação

O trabalho analítico desenvolvido neste artigo foi inspirado, por um lado, na linguística sistémico-funcional (Halliday, 1978) e na abordagem crítica aos discursos da imprensa (Reah, 1998; Fowler, 1999; Solovova, 2004) e, por outro lado, na análise semiótica do protesto, proposta por Leone (2012). Partindo desse enquadramento, construíram-se várias grelhas analíticas privilegiando as dimensões cronológica, sociológica e sócio-semiótica das notícias selecionadas de protestos sobre em Portugal.

Num primeiro momento, registaram-se as principais características dos protestos relatados na imprensa, especificamente: a) ano, fonte e o título da notícia; b) nível do ensino; c) exigências e causas; d) atores sociais envolvidos; e) estrutura actancial comunicativa. Na tabela seguinte, a título exemplificativo, apresentamos um fragmento dessa grelha referente a apenas um dos relatos selecionados:

Tabela. Fragmento da grelha da análise dos relatos da imprensa sobre eventos de protesto na educação

Ano/Fonte	Nível do ensino	Exigências/ Causas	Atores sociais	Estrutura actancial
2006, 8 de fev/ <i>Público</i> “Ponte de Lima: Gemieira em luto contra anúncio fecho da escola básica”	1º Ciclo ensino básico	Reabrir a escola Contra o fechamento	Autarca População local Alunos Ministério da Educação Direção Regional de Educação do Norte (DREN) Diretor do Centro de Área Educativa	Mais de cem bandeiras negras penduradas ao longo de 4 km da autoestrada EN - 203 Abaixo-assinado Fecho da escola a cadeado Manifestação junto à DREN

O registo da notícias selecionadas, que totalizou dez textos relativos ao ano de 2006, seis textos relativos a 2011 e três textos relativos a 2015, permite traçar sete narrativas temáticas:

Ano 2006

- Luta, luto e morte da escola do 1º CEB da Gemieira, em Ponte de Lima, e os planos do Ministério da Educação para encerramento de estabelecimentos escolares do ensino básico;
- Contestação territorial entre a comunidade escolar da ES D. João de Castro aliada com algumas Juntas de Freguesia em Lisboa e a Direção Regional de Educação de Lisboa, acusada da conspiração imobiliária com um grupo hoteleiro;
- Protesto dos estudantes solidários com duas colegas lésbicas contra as reações discriminatórias por parte da administração da ES António Sérgio, em Gaia.

Ano 2011:

- Protesto dos alunos da ES Camilo Castelo Branco em Vila Real contra a falta de aquecimento na escola;
- Mobilização nacional dos alunos do secundário contra a falta das condições físicas e as falhas nos conteúdos curriculares;
- Mobilização dos encarregados de educação e das direções dos três agrupamentos locais contra a colocação de crianças ciganas nas escolas de Beja.

Ano 2015:

- Luta nacional de professores e alunos de ensino artístico contra a falta do investimento governamental.

Esse tipo de registo sobre as características e os principais temas emergentes nas notícias selecionadas parece ser suficiente para corroborar, em larga medida, o olhar sociológico sobre a década das ações de protesto na educação em Portugal apresentado nos pontos anteriores. Assim, observa-se uma diminuição do número das ações de protesto sobre a educação em todos os níveis de ensino em geral e na educação superior em particular. Verifica-se uma diversidade das causas e das exigências que dinamizaram as ações de protesto na educação em Portugal naquela década, apontando para a introdução das temáticas mais abrangentes, exemplificada pelo combate contra a discriminação sexual e racial.

Distribuição semiótica dos meios de protesto

No entanto, para além de corroborar a análise sociológica e enquanto delimita um conjunto das técnicas de mobilização do protesto na educação, a grelha abre caminhos para um potencial interesse sócio-semiótico orientado pelas seguintes perguntas: Como são representados os protestos nos relatos jornalísticos? Quais são os que merecem mais visibilidade por parte dos jornalistas?

No âmbito da semiótica do protesto, Leone (2012: 163) sublinha que importa “estudar tudo que pode ser utilizado para protestar”. Portanto, um olhar mais atento à significação e comunicação subjacentes aos eventos relatados nas notícias permite identificar um largo espectro das modalidades de protesto na educação, que inclui a produção dos objetos textuais (por exemplo, cartazes, faixas, comunicados e abaixo-assinados), o planeamento de modo sonoro (como gritos de ordem, cânticos repetitivos, apitos, etc.) e visual (cadeados nas portas das escolas, bandeiras negras nos estabelecimentos de ensino visados na análise), a organização de movimentos corporais (marchar, acorrentar-se às portas de escola, envolver-se em cobertores). Importa ainda referir nesse contexto que os relatos da imprensa assinalam uma contestação do espaço de agência pelos objetos e artefactos textuais provenientes dos discursos institucionais, nomeadamente, pelas estatísticas de lotação das escolas, taxas de aproveitamento escolar, ofícios ministeriais e planos de investimento e atribuição das verbas, e pelos planos municipais de intervenção, bem como pelos projetos educativos escolares. Além disso, procurando reforçar os espaços de agência da sua causa simbólica, os organizadores das ações de protesto na educação reciclam e reconfiguram os meios de protesto emprestados de outras ações deste tipo, de modo a encontrar as formas mais criativas, garantindo assim a visibilidade nos relatos da imprensa. Como exemplos desta reciclagem semiótica, pode ver-se a destruição de bonecos simbolizando “o autoritarismo, a opressão e o conservadorismo” na Escola Secundária de Gaia em sinal do protesto contra discriminação sexual das alunas lésbicas, a desobediência dos alunos da Escola de Música do Conservatório Nacional em Lisboa perante as ordens da Polícia de Segurança Pública, ou a montagem de “um palco improvisado” pelos “professores das escolas do ensino artístico”. A criatividade nas mensagens também serve para atrair as atenções jornalísticas. Assim, ambos os jornais reproduziram as mensagens do protesto dos alunos da ES D. João de Castro a aludir a uma operação imobiliária: “Escola ou hotel, qual dará mais papel?” e “D. João unida jamais será vendida”. Foi desta e de outras

formas que os manifestantes conseguiram dar voz e visibilizar as causas que defendiam.

Atores sociais: Estado, autarquias, manifestantes e apoiantes

O trabalho do registo dos relatos selecionados na grelha de análise ajudou identificar um conjunto de atores sociais individuais e coletivos intervenientes nos protestos sobre educação. Neste contexto, a análise confirma o ponto de vista sociológico atestando uma crescente participação de representantes dos municípios locais, a comunidade local afetada. Um olhar semiótico leva-nos, no entanto, a perguntar: Que espaços de agência são reservados a esses e outros atores nos protestos sobre educação? A quem é que os jornalistas atribuem um papel ativo e quem é representado como afetado pelas ações dos outros?

A distribuição assimétrica dos espaços de poder entre os atores sociais que representam o Estado português (mais especificamente, o Ministério da Educação e a Polícia da Segurança Pública) e os pais e os alunos é, de certo modo, expectável, e pode ser exemplificada pela escolha lexical nos relatos. Assim, o artigo com o título “Protestos de alunos do básico e secundário com pouca expressão” (Diário de Notícias, 2011), descreve como “os alunos se deslocaram para o exterior das escolas, mais para conviver do que para exibir um protesto”, concentrando-se em pequenos grupos à frente da escola “sem se perceber se por brincadeira ou convicção”.

Essa ridicularização do protesto de alunos a nível lexical apresenta-se semelhante à maneira como a ministra da Educação desvaloriza as inúmeras ações de protesto decorrentes na altura do seu mandato. Apesar da aliança entre autarcas locais e os pais e alunos nos protestos sobre a educação, Maria de Lurdes Rodrigues diz na sua intervenção parlamentar citada no jornal (Público, 2006): “Há protestos decorrentes da competição entre freguesias e protestos de pais inquietos com a forma como vão ser organizados os transportes e as refeições [...]” Ilustrando a falta do diálogo na reunião entre o autarca de Junta de Freguesia de Alcântara e o representante da Direcção Regional da Educação de Lisboa, a jornalista do Público (2006) caracteriza o autarca como “zangado” e “exaltado” e, portanto, sublinha o seu estado emocional, afetando assim a interpretação das opiniões expressas nesse estado. No entanto, os jornalistas parecem admitir o papel especial desempenhado por autarcas locais nos protestos de educação, pois os autarcas não só estão retratados enquanto

intermediários entre o Estado e os manifestantes, como são sempre apresentados nos textos com os seus nomes e cargos completos.

Por último, julgando pelas estratégias de nomeação e outras escolhas linguísticas dos jornalistas, as categorias mais significativas dos atores sociais coletivos são “alunos” e “professores”. Por contraste, “pais”, “moradores” ou “população” representam-se como um número de pessoas sem nomes concretos, caracterizadas pela área geográfica de habitação ou pelo género. De acordo com a categorização de Halliday (1978), os pais surgem, na maioria das ocorrências, como “sensors” nos processos mentais ou participantes nos estados e eventos gramaticais. Retratados dessa forma, os pais e a população local não ganham uma voz suficientemente forte para exigir uma transformação das políticas da educação em Portugal.

Considerações finais

Sobre os protestos analisados neste texto, assinala-se a sua dimensão localizada. Estas ações afiguram-se distintas para os diferentes níveis de ensino, com dinâmicas próprias. Para o período em análise, porém, os protestos foram desencadeados sobretudo por questões relacionadas com a política de encerramento de infraestruturas educativas ou das más condições físicas em que se encontram e que afetam desigualmente o território nacional, com destaque para o interior do país, o que contribui para o agravamento do processo de desertificação.

Os protestos relacionados com a educação assumem um ritmo anual específico que vai ao encontro de momentos chave do ano letivo. Assim, estes protestos intensificam-se na abertura do ano letivo, em função do calendário de cada nível de ensino, e diluem-se em julho e agosto. Caracterizam ainda estes protestos a sua curta duração, alguns reportando a concentrações com duração de horas ou manifestações efémeras. São raros os casos de protestos sustentados ao longo do tempo, o que dificulta também a análise do sucesso e dos impactos deste tipo e ações, das quais se perde facilmente o rasto.

Neste contexto, os atores que contestam os problemas educativos que os afetam, fazem-no momentaneamente, sendo raros os casos de movimentos de contestação a partir de um problema específico que perdure no tempo. Aqueles que se mobilizam para o protesto (salvo raras exceções) resignam-se facilmente às medidas aplicadas, assumidas como definitivas pelos decisores políticos. Desta maneira, este tipo de ação, embora reiterada ao longo dos últimos anos um pouco por todo o país, não deteve ainda a capacidade para se transformar em movimento coletivo organizado, certamente pelas dificuldades impostas

pela fragilidade das estruturas organizativas destes protestos, de caráter local e mais espontâneo. Torna-se, por isso, difícil empreender uma ação reivindicativa, concertada, por etapas, e orientada para a procura de participação nas decisões educativas, muito para além da simples crítica e resposta imediata aos problemas que vão sendo sentidos. Nesse sentido, seria também necessário que os coletivos afetados pelos problemas da educação em Portugal fossem capazes de produzir líderes reconhecidos, capazes de dinamizar um envolvimento de mais longa duração, o que não se afigura fácil por os diferentes níveis de ensino são lugares de passagem no âmbito de um percurso educativo.

Notas

¹ Ainda assim, menos presos a lógicas organizacionais, compromissos internos e exigência e coerência programática do que outros atores políticos, como sindicatos e partidos (Baumgarten, 2015: 145).

² Bolsa de pós-doutoramento financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (Ref^o SFRH/BPD/94178/2013).

³ Versão em português disponível em:

http://www.portugal.gov.pt/media/371372/mou_pt_20110517.pdf.

⁴ Especificamente, sobre educação, o Memorando, no seu ponto 1.8., menciona a necessidade de “reduzir custos na área de educação, tendo em vista a poupança de 195 milhões de euros, através da racionalização da rede escolar criando agrupamentos escolares, diminuindo a necessidade de contratação de recursos humanos, centralizando os aprovisionamentos, e reduzindo e racionalizando as transferências para escolas privadas com contratos de associação”.

⁵ Implementação do despacho n.º 13599/2006, com as alterações que lhe foram introduzidas pelos despachos 17860/2007, 19117/2008, e 32047/2008, e 11120 B /2010.

⁶ Contrariamente à década anterior, marcada por fortes lutas concertadas em contexto nacional ao nível do ensino secundário contra a Prova Geral de Acesso à universidade, em 1992, as Provas Globais em 1994 e a política educativa e revisão curricular em finais da década de 1990.

⁷ De acordo com os dados disponibilizados nos relatórios anuais de Segurança Interna, da Secretaria de Estado Adjunta e da Defesa Nacional, o número de ocorrências registadas ao abrigo do direito de reunião e de manifestação, entre 2009 e 2015 (dados disponíveis), em Portugal, foi o seguinte: 167 ações realizadas em 2009, 679 em 2010, 702 em 2011 e, num acréscimo muito significativo, 3012 ações em 2012, altura em que se inverte esta tendência de crescimento para 2589 ocorrências registadas em 2013, 1866 em 2014 e 1300 ações registadas em 2015. Sobre estes dados importa salientar que ao abrigo do direito de reunião e de manifestação não se realizam apenas ações de protestos, mas dada a tendência que acompanha os anos de crise e austeridade, correspondente a grandes manifestações, salienta-se este inventário.

Referências

- Auyero, J. (2004).** When Life, Routine Politics, and Protest Meet. *Theory and Society*, 33, 417-441.
- Baumgarten, B. (2015).** O futuro dos movimentos sociais na representação sociopolítica. In Freire, A. (org.), *O Futuro da representação política democrática* (pp.143-156). Lisboa: Nova Vega.
- Bebiano, R. (2003).** *O Poder da Imaginação. Juventude, Rebeldia e Resistência nos anos 60*. Lisboa: Angelus Novus.
- Cardina, M. (2008).** *A tradição da Contestação*. Coimbra: Angelus Novus.
- Castells, M. (2013).** *Redes de indignação e de esperança. Movimentos Sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Della Porta, D. (2003).** Social Movements and Democracy at the Turn of the Millennium. In Ibarra Güell, P. (ed.), *Social Movements and Democracy* (pp.105-135). Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Della Porta, D. e Diani, M. (1999).** *Social Movements: An introduction*. Cornwall: Blackwell Publishing.
- Diani, M. (2008).** Modelli di azione collective: quale specificità per i movimenti sociali? *Partecipazione e conflitto*, 0, 43-66.
- Flacks, D. (2005).** A questão da relevância nos estudos dos movimentos sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 45-66.
- Fowler, R. (1999).** *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. Londres: Routledge.
- Gohn, M. G. (1992).** *Movimentos Sociais e Educação*. São Paulo: Cortez.
- Halliday, M. A. K. (1978).** *Language as social semiotic. The social interpretation of language and meaning*. Londres: Edward Arnold.
- Juris, J. (2008).** Performing Politics. Image, Embodiment, and Affective Solidarity during Anti-corporate Globalization Protests. *Ethnography*, 9 (1), 61-97.
- Koopmans, R. e Rucht, D. (2002)** Protest event Analysis. In Klandermans. B. e Staggenborg, S. *Methods of Social Movement Research* (pp. 231-259). Mineapolis: University of Minnesota Press.
- Leone, M. (2012).** “Breve introducción a la Semiótica de protesta”, *Cuadernos de Información y Comunicación*, 17, 161-173.

- Matos, A. R. (2016).** Ações de protesto, cidadania crítica e participação cidadã: o exemplo da área da saúde em Portugal. In Neto, H. V. e Coelho, S. L. (org.), *Movimentos sociais e participação cívica* (pp. 76-95). Porto: Civeri Publishing.
- Melucci, A. (1980),** The new social movements. *Social Science Information*, 19, 199-226.
- Mendes, J. M. e Araújo, P. (2010).** Nuclearidade dos corpos, trabalho dos corpos e justiça. A requalificação ambiental das minas da Urgeiriça e os protestos locais. *Sociologia-Problemas e Práticas*, 64, 81-105.
- Mendes, J. M. e Seixas, A. M. (2005a).** Acção colectiva e protesto em Portugal (1992-2002). *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 99-127.
- Mendes, J. M. e Seixas, A. M. (2005b).** Acção colectiva, protesto e cidadania. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 3-6.
- Moniz, G. C. (2016).** Políticas educativas e espaços da educação. Comunicação apresentada no âmbito do Ciclo de Seminários Interdisciplinares do CCArq, Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 29 de novembro.
- Reah, D. (1998).** *The Language of Newspapers*. Londres: Routledge.
- Rudolph, S. H. (2004).** Is Civil Society the Answer? In Prakash, S. e Selle, P. (org.). *Investigating Social Capital* (pp. 64-87). Nova Deli/Thousand Oaks/Londres: Sage.
- Seixas, A. M. (2005).** Aprender a democracia: Jovens e protesto no ensino secundário em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 72, 187-209.
- Snow, D. e Oliver, P. (1995).** Social Movements and Collective Behavior. In Cook, K., Fine, G. e House, J. (orgs.), *Sociological Perspectives on Social Psychology* (pp. 571-99). Boston: Allyn and Bacon.
- Solovova, O. (2004).** A New Stereotype in the Making: "Imigrantes de Leste" in the Press. In Barker, A. D. (org.), *O Poder e a Persistência dos Estereótipos [The Power and Persistence of Stereotypes]*(pp. 205-215). Aveiro: Universidade de Aveiro.
- Van Leeuwen, T. (2008).** *Discourse and Practice*. Oxford: Oxford University Press.

Notas Biográficas



Ana Raquel Matos é investigadora do Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra onde integra o Núcleo de Estudos sobre Ciência, Economia e Sociedade (NECES). É Doutorada no âmbito do programa "Governança, Conhecimento e Inovação", pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e desenvolve atualmente o seu pós-doutoramento, no CES, sobre ações de protesto e movimentos sociais em Portugal, financiado pela FCT (SFRH/BPD/94178/2013). Tem dedicado especial interesse à análise das ações de protesto enquanto mecanismos de participação cidadã na política e em contextos deliberativos.



Olga Solovova é investigadora do Centro de Estudos Sociais e membro do Núcleo de Humanidades, Migrações e Estudos para a Paz. Doutorada em Letras (Sociolinguística) pela Universidade de Coimbra com a tese que propõe uma abordagem ecológica sobre políticas de língua no país, articulando o caso específico de políticas de língua em famílias migrantes que sustentam a existência de escolas informais de línguas para além de português em Portugal. Os seus interesses de investigação centram-se em questões de ideologia linguística e políticas de língua, construções discursivas de identidade cultural em sociedades multilingues, bem como em abordagens multilingues à literacia e alfabetização.